

Dossiê: Antropologia, cinema e novas tecnologias

IR E VIR DO MUSEU AFRODIGITAL: CONVERSA SOBRE ACERVO, ARMAZENAMENTO E ACESSO AOS ARQUIVOS AFROBRASILEIROS

Entrevista com Ana Paula Alves Ribeiro, Antonio Motta,
Charles Douglas Martins, Livio Sansone, Maria Alice
Rezende Gonçalves e Marilande Martins Abreu

Por Júlia de Freitas Motta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

juliafmotta@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-2232-7939>

Cristhyan Kaline Soares da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

cristhyankaline2017@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2900-7973>

Apresentação

Fundada há quase 15 anos, por antropólogos, antropólogas, historiadores e museólogos, a rede de Museus AfroDigitais tem como objetivo reunir acervos digitais da população afro-brasileira e democratizar o acesso à informação de dados e pesquisas relacionadas ao tema. Nesta entrevista¹, reunimos representantes do Museu AfroDigitais do Rio de Janeiro^{2,3}, da Bahia⁴, de Pernambuco^{5,6} e do Maranhão⁷.

A conversa nos oferece um debate acerca da origem, do desenvolvimento e dos desafios dos Museus AfroDigitais que buscam a “salvaguarda de fontes documentais e exposições digitais, atividades estas que permitam investigar e propor novas abordagens, histórias e olhares para a população afrodescendente no Brasil” (Ribeiro, 2024). Os museus são um processo, um constante “ir e vir”, como sinalizou a professora Maria Alice durante a entrevista.

¹ Esta entrevista foi realizada no dia 2 de dezembro de 2024, entre 18h e 20h, via *Google Meet*, por Júlia de Freitas Motta e Cristhyan Kaline Soares da Silva, ambas editoras gerais da Revista Equatorial e doutorandas do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O texto que o(a) leitor(a) encontra nesta entrevista é resultado de uma metodologia colaborativa: fizemos a transcrição da conversa que passou pela revisão de cada um dos seis entrevistados. As modificações solicitadas foram todas respeitadas e aceitas nesta versão final, tal como indicado por cada um(a).

² Ana Paula Pereira Alves Ribeiro é professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Diretora do Centro de Tecnologia Educacional da mesma universidade. É coordenadora do Museu AfroDigital Rio de Janeiro desde 2019 e também faz parte do seu conselho curador e de redação.

³ Maria Alice Rezende Gonçalves é professora titular da Uerj e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da universidade. É membro do Conselho Consultivo e Gestor do Museu AfroDigital Rio de Janeiro.

⁴ Livio Sansone é professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Junto à uma equipe nacional, participa do projeto para a criação do Museu Digital da Memória Africana no Brasil.

⁵ Antonio Motta é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Coordena o projeto acadêmico Museu AfroDigital na mesma universidade, e é professor colaborador do Programa de Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca (USAL).

⁶ Charles Douglas Martins possui graduação em sistemas da informação e história, mestrado em Antropologia pela UFPE e Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e atua no Museu AfroDigital de Pernambuco.

⁷ Marilande Martins Abreu é professora adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordena o Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular - GP Mina e o Museu AfroDigital do Maranhão.

Os Museus AfroDigitais funcionam em rede, com galerias virtuais interligadas entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Há troca de informação e de soluções que podem ser compartilhadas por todos que querem trabalhar e pesquisar temas como: memória afro-brasileira, museus, patrimônios culturais e cultura digital. Desde sua criação, os Museus AfroDigitais trabalham em diálogo com as infraestruturas das universidades e estão conectados com a produção das realidades sociais em que estão inseridos. O projeto é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas. A seguir, apresentaremos brevemente os quatros museus.

O Museu AfroDigital da Bahia⁸ foi o primeiro museu afrodigital do Brasil. O projeto teve início em 1998, no antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Em 2009, a rede Museu AfroDigital passou a existir no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), no bairro 2 de Julho, em Salvador. Desde 2010, faz parte do cadastro de museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O projeto foi criado para discutir a presença/pertença negra no mundo dos museus, das curadorias e das exposições, utilizando a tecnologia a serviço da valorização da memória africana e afro-brasileira.

O Museu AfroDigital Rio de Janeiro⁹ foi criado em abril de 2010, a partir do Edital Pensa Rio (Apoio ao Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro, 2009) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), então coordenado pela Profa. Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos, com a colaboração de pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)¹⁰.

⁸ Mais informações sobre o Museu AfroDigital da Bahia: <https://afrodigitalmuseu.uni-bayreuth.de/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

⁹ Mais informações sobre o Museu AfroDigital do Rio de Janeiro em: <https://www.museuafrorio.uerj.br/index.php/home/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

¹⁰ O projeto do Museu AfroDigital do Rio de Janeiro é cadastrado no Departamento de Extensão (DEPEXT) vinculado à Oficina de Ensino e Pesquisa, do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Uerj (IFCH); a linha de pesquisa Arte, Cultura e Poder do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) e em interlocução com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Faculdade de Educação da Uerj, coordenado pela professora Maria Alice Rezende Gonçalves.

O Museu AfroDigital de Pernambuco¹¹ foi criado em 2010 como um espaço virtual experimental, integrando-se à rede mencionada. Desde o início de sua proposta, contempla ser um “meta-museu virtual”, uma ferramenta educativa e de pesquisa que busca estimular repatriações digitais e ações de arte ativismo dos chamados “atores sociais da diversidade”. Acolhe em sua proposta experimental: ideias, imagens, multimeios, performatividades, registros sonoros, etnografias virtuais, fóruns temáticos e outras formas narrativas no meio digital, combinando experimentos metacuratoriais e de *web-art*, com práticas de compartilhamento digital. Inovação, ousadia e interconexão em rede é uma prioridade da estação de Pernambuco.

Por fim, o Museu AfroDigital do Maranhão¹² foi criado em 2012 e está ligado ao Projeto Arquivo e Museu Digital Memória Negra e Africana no Brasil, que conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc) da UFMA como um projeto de pesquisa, tem como objetivo manter e atualizar o acervo — etnográfico, histórico-social, artístico-cultural — de culturas afro-brasileiras e africanas no Estado do Maranhão. O Museu constitui-se como Linha de Pesquisa do Grupo Religião e Cultura Popular (GP Mina) e conta com um rico acervo de fotografias e filmagens que contribuem para a valorização e (re)construção de memórias das identidades negras no Estado do Maranhão.

A antropologia tem uma estreita relação com a museologia. Os museus etnográficos espalhados pelo mundo narram as histórias de grupos de pessoas, com acervos acerca de costumes, crenças e tradições. Os entrevistados discutiram a importância dos Museus AfroDigitais, os desafios enfrentados na preservação e divulgação de acervos digitais, e a necessidade de repensar as estratégias de curadoria e acesso. Também abordaram a relação entre os museus e as universidades, além de explorar o futuro dos museus digitais no contexto das novas tecnologias e demandas sociais presentes nas universidades e na sociedade civil. O debate da digitalização e do armazenamento de dados, da restituição, da memória do povo negro, das curadorias compartilhadas, da repatriação digital, da generosidade digital e das humanidades digitais se entende pelas linhas da presente entrevista.

¹¹ Mais informações sobre o Museu AfroDigital de Pernambuco: <http://www.museuafrodigital.com.br/paginazero/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

¹² Mais informações sobre o Museu AfroDigital do Maranhão: https://museuafro.ufma.br/?page_id=5533. Acesso em: 20 dez. 2024.

Equatorial: Boa noite, estamos muito felizes em reunir vocês para esta conversa. Muito obrigada pela disponibilidade! Para começar, gostaríamos de ouvi-los sobre esses quase 15 anos de criação da rede de Museus AfroDigitais.

Maria Alice (RJ): A rede de Museus AfroDigitais foi constituída com experimentos diferenciados. Então, não existe uma metodologia única. Como era um experimento novo, a gente foi aprendendo a fazer. Enfrentamos os desafios que foram surgindo e fomos criando soluções. Eu acredito que um marco para essa linguagem digital tenha sido a própria pandemia da Covid-19, que tensionou a metodologia e também ampliou a problemática para os museus presenciais. Isso fez com que o debate sobre a metodologia dos museus digitais avançasse e a gente reavaliasse algumas questões que, com o passar dos anos, foram se diluindo. Uma das perguntas fundadoras da rede é se era um site ou um museu e, durante muito tempo, ficamos tentando responder de maneira satisfatória essa indagação. Outra questão que orientou as nossas reuniões foi a busca por recursos. Porque, por ser digital, não quer dizer que é barato, que é fácil de fazer. Às vezes, temos mais desafios do que as metodologias dos museus presenciais, posto que essas novas tecnologias se modificam em uma grande velocidade. A maioria de nós, coordenadores, somos antropólogos, cientistas sociais e profissionais que trabalham na área de ciências humanas e sociais. A gente comprou a ideia de montar esses experimentos e tivemos que aprender a lidar com questões de acervo e armazenamento digital. Um outro ponto que destaco é o de manter o museu interativo, com a participação comunitária. Houve momentos em que a rede funcionou com mais intensidade e outros nos quais se inibiu, por conta dessas questões de pandemia, recursos, financiamentos para os projetos, equipe técnica eficiente para cuidar de acervo e de armazenamento de material. Em termos pessoais, aprendi muito, principalmente, devido ao contato com outros professores, com os outros experimentos, cada um com uma característica particular que forçava a gente a pensar em soluções específicas. Aqui no Rio de Janeiro tentamos fazer um espaço de registro da história e da memória da cidade. E a própria dinâmica do museu foi nos forçando a incluir e ampliar experiências que fossem de outros países, de outras nações e experiências africanas. Enfim, foi um ir e vir e acho que até agora isso ainda não está resolvido.

Antonio Motta (PE): Vou tentar complementar um pouco o que disse Maria Alice e, na medida do possível, traçar um balanço crítico. Já que dispomos de um recuo temporal de

pelo menos 15 anos desde a criação da rede AfroDigital, isso também nos permite ter uma visão mais crítica da proposta inicial e de seus desdobramentos atuais. Creio que é importante esse encontro e diálogo com os colegas parceiros dessa empreitada inaugural, porque podemos repensar criticamente os inúmeros desafios que ele hoje nos coloca. Na época em que foi concebida a ideia de criar um museu virtual, o contexto sociocultural e político do país era outro, completamente diferente deste. Praticamente não havia nenhuma iniciativa semelhante, até porque, no campo da museologia brasileira, ainda não tínhamos um conceito mais elaborado e definitivo sobre o que caracterizava o oposto de um museu presencial, isto é, o virtual. Do ponto de vista museológico, a definição de museu digital era tensionada e restava um conceito polêmico e pouco convincente no campo da museologia. Afinal, já nos questionávamos sobre o perigo de se embaralhar algumas categorias do tipo: repositórios de imagens, banco de dados, outras formas de armazenamentos com a própria ideia do que viria a ser um museu em sua imaterialidade. Creio que essa confusão ou equívoco persiste e ainda não foi superada como gostaríamos. Isso se nota na discussão aqui entabulada. Na época em que a rede AfroDigital foi criada, tudo era muito novo e aproximativo. Em sua fluidez, o AfroDigital surgiu como um projeto criativo, pioneiro em vários sentidos e, de certo modo, original e inovador, haja vista que ainda não dispúnhamos de experiências homólogas no Brasil. A proposta inicial era a de elaborarmos um projeto sobre memórias de África e de afrodescendentes no Brasil, cujo foco seria materializado (em termos de ideias) através de um “dispositivo” ou mesmo um suporte virtual “*in progress*”, algo processual e dinâmico em que se fundissem imagens em movimento, performatividades, o intangível e o tangível, registros sonoros com etnografias virtuais, arte visual com música etc. Creio que o projeto inicial era ambicioso nos termos de se pensar uma epistemologia digital que transcenderia as formas convencionais de armazenamento digital, o que infelizmente parece não termos logrado o êxito esperado. As primeiras reuniões foram acaloradas, discutíamos no campo da museologia digital conceitos extraídos de autores como Gilles Lipovetsky, Pierre Lévy e, sobretudo, Gilles Deleuze, especialmente, a noção de rizoma quando aplicada a formas de leitura não lineares, de meios hipertextuais relevantes para as pesquisas no campo da comunicação e cultura. Naturalmente tínhamos divergências quanto à forma e ao conteúdo, mas, especialmente, sobre como articular múltiplos interesses em um único projeto. É importante destacar que um dos principais articuladores do projeto foi Lívio Sansone, na Bahia, que envolveu pesquisadores do CEAO da UFBA, juntamente com a nossa saudosa Myrian Sepúlveda que, no Rio, se ocupou de desenvolver a proposta na Uerj, com a colaboração de um grupo de pesquisadores especializados. No Maranhão,

coube a Sergio Ferreti desenvolver o trabalho de implementação do AfroDigital. Em Pernambuco, ficou sob minha responsabilidade. Inicialmente foi consensual que a concepção do AfroDigital seria composta por quatro estações: Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro. Cada uma das estações focaria em temáticas diversas e orientações autônomas, conservando, contudo, afinidades eletivas e, por conseguinte, uma unidade conceitual. Posteriormente, outros grupos se integraram ao projeto, a exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o projeto da antropóloga Julie Cavignac e, mais recentemente, outros grupos de pesquisas oriundos de universidades públicas. Penso que atualmente o maior desvio do AfroDigital é incluir outras redes colaborativas e, sobretudo, a inclusão, cada vez maior de afrodescendentes e minorias sociais, além de outros atores sociais da diversidade. É importante assinalar que atualmente várias são as iniciativas de criação de plataformas digitais que exploram temáticas semelhantes, com ênfase, sobretudo, nas ancestralidades afrodescendentes e outros temas recorrentes. Todavia, iniciativas recentes são mobilizadas pelas próprias comunidades que se reconhecem afrodescendentes e com toda legitimidade são os verdadeiros detentores de conhecimentos nesse campo de produção de conhecimentos. No campo das artes visuais, por exemplo, iniciativas dessa natureza têm resultado em experiências exitosas, como a plataforma¹³ sobre artistas negros, organizada pelo curador Deri Andrade em parceria com Inhotim¹⁴ e o Museu Afro-brasileiro, em São Paulo.

Livio (BA): Perfeito entrar e encontrar Ana Paula, Maria Alice, Antonio Motta, um prazer grande estar com vocês. Mas eu queria dizer o seguinte: o Museu AfroDigital da Bahia surgiu como um arquivo digital. E arquivo digital já era complicado demais, mas não bastava, e inventamos o Museu AfroDigital porque a gente queria dar uma movimentada no arquivo, basicamente. E tem a questão da repatriação digital. A partir de pesquisa nos Estados Unidos e na França, descobri uma fotografia no sistema da biblioteca de Nova York da primeira congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, onde dou aula. Essa fotografia não se encontrava na Bahia. Era uma fotografia da congregação inaugurada em 1942 por uma conferência de nada menos que Melville Herskovits: nós já nascemos americanizados aqui na Bahia. Mais recentemente, descobri

¹³ Desde 2017, o Projeto Afro funciona como uma plataforma de mapeamento e difusão de artistas visuais negros(as). Liderada e idealizada pelo curador e pesquisador Deri Andrade, o projeto busca mapear a produção de autoria negra no Brasil.

¹⁴ O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e um jardim botânico, localizado em Brumadinho, Minas Gerais.

que aquela foto tinha uma cópia na Bahia, mas tinha ficado na casa do professor Carlos Ott. Na época, as coisas na Bahia — como livros, doações e bolsas — eram privatizadas. Típico da província em que os professores guardavam na própria casa os documentos importantes, as fotos mais celebradas e os livros doados. Descobri isso recentemente (Sansone, no prelo). Então, era uma intervenção na geopolítica do conhecimento que fez de Salvador o lugar para se fazer pesquisa de campo ou uma estação etnográfica. Estou citando meu livro (Sansone, 2022), viu? Aqui é um lugar maravilhoso para se vivenciar os trópicos. Embora os trópicos sejam em todo o Brasil, a Bahia era vista como o trópico dos trópicos. Mas ninguém, com raras exceções, tinha se preocupado em pensar na Bahia como um lugar onde também é possível montar bibliotecas e arquivos. A geopolítica do conhecimento estabelece que há lugares onde se monta os arquivos e lugares para visitar, onde também se faz a pesquisa. Tem um episódio que eu vivenciei recentemente. Passei um mês nos Estados Unidos e encontrei o melhor arquivo da minha vida na cidade de Oberlin, em Ohio, onde, porém, o último bar fecha às 19h. Na Bahia, pelo contrário, os bares estão abertos até tarde, mas os arquivos são um desastre. Meu mundo ideal seria um lugar com cidades com arquivos abertos e bares abertos 24 horas por dia. Era piada do fim do dia. A Bahia é um estado grande e não temos sequer um único museu federal, não temos nenhum plano museológico do estado. É um estado com muitas tradições e pouco patrimônio. Quer dizer, não tem nenhuma relação entre a vivacidade da cultura popular e a capacidade de patrimonializá-la. O Nordeste sempre produziu cultura popular e outras regiões, por exemplo, São Paulo, sempre guardaram os arquivos. Muitas das publicações que eu preciso da história da UFBA encontro na Universidade de São Paulo (USP), mas não encontro aqui na Bahia. Então, essa questão de repatriação digital está ademais em discussão. Com o Trump, os americanos deixarão de fazer *soft power* definitivamente e voltarão a fazer *hard power* internacional. Porque o futuro dos museus etnográficos e de arte popular coloca em discussão o pedido de repatriação. Mas o que me preocupa muito é a sustentabilidade do nosso projeto. Em um mundo em constante evolução, há 14, 15 anos, quando lançamos a ideia do Museu AfroDigital, o *Facebook* era a fronteira do conhecimento. Hoje, meus filhos argumentam que o *Facebook* está ultrapassado e a divulgação tem que ser, pelo menos, pelo *Instagram* ou *TikTok*. E efetivamente as últimas exposições digitais que nós montamos são minixposições pelo *Instagram*. Está colocada em discussão a autopatrimonialização, uma vez que *YouTube* e o *Instagram* permitem às pessoas criarem os próprios arquivos, os próprios museus, as próprias galerias. Esse ponto é algo que eu gostaria de conversar com vocês com mais calma: como nosso projeto faz sentido, se de alguma forma, é um projeto inacabado, é um processo mais que um projeto.

E não podemos negar um diálogo com o mundo. Muito foi desenvolvido no Brasil no campo das humanidades digitais. Nós estamos em um país muito aberto, muito centrado na generosidade digital, mas com escassos investimentos institucionais em humanidades digitais.

Equatorial: Em diálogo com o que o professor Lívio comentou, qual a importância da repatriação digital e da repatriação dos museus de uma forma geral?

Ana Paula (RJ): Acho que tem uma coisa que é importante na fala dos meus três colegas, que é o quanto a ideia de Museu AfroDigital e essa articulação em rede era pioneira há 15 anos. E, de alguma forma, também segue pioneira nesse processo, retomando um pouco do que o Lívio acabou de falar, de um museu em constante construção e que é um processo, muito mais do que um projeto. Porque se observarmos hoje todo o processo de publicações, reedições e traduções, e, principalmente, da ressignificação de conceitos, temos uma espécie de tríade que acaba retornando para a gente, que é pensar em repatriação, restituição e reparação. Ao pensarmos nos processos e demandas de reparação histórica, então, vamos nos perguntar, o que é reparar? Como a gente restitui imagens? Como vamos pensar essas restituições de imagens ou de obras e o processo de repatriação? Acho que são temas na ordem do dia e não apenas no campo dos museus, mas no campo da própria cultura material e da vida, de alguma forma. Acho que, de muitas maneiras, estamos na vanguarda e seguimos na vanguarda por alguns pontos que eu gostaria de trazer. Primeiro, estamos pensando dentro de uma lógica do mercado de memória. Eu trabalho mais com audiovisual e temos pensado na preservação audiovisual dentro do CTE/Uerj¹⁵. Cada vez mais observamos como esses acervos são disputados. Ao analisar, por exemplo, o caso do cinema, a quantidade de documentários que são feitos ou programas de TV para *streaming* que usam acervos e arquivos digitais, é importante analisar o valor que esses arquivos estão ganhando, um valor, inclusive, no lugar da monetização. É interessante observar que hoje estamos falando de memória e temos olhado para o lugar dos arquivos negros. Não apenas os institucionais, como também o reconhecimento de que famílias negras produzem seus arquivos e constroem os próprios acervos. Em outra

¹⁵ O Centro de Tecnologia Educacional (CTE) da Uerj promoveu, no segundo semestre de 2024, em uma parceria com a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio) e a produtora carioca Duas Mariola, três oficinas de Preservação de Materiais Audiovisuais, com o gerente geral da cinemateca Hernani Heffner, sobre acervos analógicos e digitais.

medida, pegando o gancho do que o Livio falou por último, mas que Maria Alice também já tinha apontado em termos dos processos de articulação, algumas dessas universidades, não necessariamente as brasileiras, cobram pelos artigos e cobram pelo uso dos seus arquivos. E isso impossibilita o processo de democratização. Então, a gente chega em 2024, com o projeto fazendo 14, 15 anos, dependendo da estação a qual estamos falando, ainda tentando resistir como um projeto democrático de generosidade digital e de repatriação desses arquivos. E repatriação desses arquivos de que maneira? Acho que tanto dos arquivos comunitários, dos arquivos familiares, como também desses arquivos que estão em instituições privadas. E esses arquivos ainda seguem sendo fundamentais para a construção de trabalhos acadêmicos, teses, dissertações e materiais audiovisuais. Tem muito material audiovisual sendo produzido com esses acervos. Olhar para esses acervos digitais também possibilita que as pessoas se aproximem de um material que, muitas vezes, só teriam acesso por meio de viagens, trabalhos longos de campo, negociações institucionais e autorizações. Então, acho que, de muitas maneiras, a gente segue na vanguarda. Mas seguir na vanguarda também tem o seu preço, literalmente. Porque o digital não é barato. O armazenamento e a preservação digital requer níveis de especialização constantes. Ou a gente segue fazendo esse processo de especialização, ou a gente precisa ter equipes especializadas. E nem sempre o tempo da universidade, do recurso que chega à universidade, é o tempo necessário para a gente construir esses projetos. Ou da nossa capacidade de articulação de redes de orientandos ou escritas de editais. Então, acho que também é importante apontar que, no digital, os acervos estão em disputa. Nós estamos duplamente ou triplamente em disputa, porque nós também estamos falando de acervos digitais e sua interlocução com a raça, com as populações negras. E esses acervos digitais não são meramente depositados. Eles precisam ser, como também em outras instituições, catalogados. Precisam ter boas fichas catalográficas e boas práticas tanto na lógica dos arquivos quanto na lógica dos museus. Essa repatriação não é tão automática ou tão rápida quanto a gente gostaria que fosse. Mas o que eu também tenho aprendido nesse lugar de olhar para os acervos, de olhar para os arquivos, é, principalmente, de pensar o armazenamento, a preservação, a circulação ou a democratização desse material como uma ação que é melhor do que a inação. Fazer alguma coisa segue sendo muito mais importante do que cruzar os braços e esperar alguma política governamental ou alguma saída institucional, seja internamente nas universidades, seja nas redes. Então, acho que o trabalho que nós temos feito ao longo desses 15 anos é, de muitas maneiras, também manter esse projeto aquecido e seguir pesquisando.

Marilande (MA): Comecei a compor a equipe do Museu AfroDigital em 2015, quando passei a coordená-lo com o professor Ferretti. E, depois que o Ferretti faleceu, em 2018, assumi a coordenação. Acredito que a Maria Alice, o Livio, e todos os outros já falaram um pouco das especificidades do Museu AfroDigital, as dificuldades, e também a potencialidade que é inerente a essa proposta de museu digital. Por exemplo, depois da formação da rede, outros museus digitais foram criados, inspirados no trabalho do Museu AfroDigital. Então, acho que, apesar das dificuldades, também temos elementos positivos como resultado do trabalho da rede. Eu acho que há uma especificidade no Museu AfroDigital do Maranhão em se tratando de resgate de memória de negros no Maranhão. Assim, inicialmente, ele foi pensado para guardar e divulgar o material que foi produzido no campo da antropologia sobre as culturas afrobrasileiras e africanas aqui no estado. Os antropólogos Sérgio e Mundicarmo Ferretti, ao longo de 40 anos de pesquisa, produziram o material que compõem esse acervo, mas também compilaram e reuniram materiais de outros pesquisadores sobre o Tambor de Mina, cura, pajelança, bumba meu boi, tambor de crioula, que são parte também do Museu AfroDigital da UFMA. Esse acervo foi doado e levado para a UFMA, e está sendo, ao longo desses anos, digitalizado para ser disponibilizado no Museu AfroDigital. Esta é uma das dificuldades, o trabalho com a organização e a manutenção dos museus nas universidades. Existe o apoio da biblioteca para cuidar do material físico, há o apoio dos setores de tecnologias, mas ainda não são suficientes. Não é um trabalho que se consegue executar a longo prazo sem projetos de pesquisas apoiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ou Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). Nós temos um acervo material audiovisual valioso da Casa das Minas, do Tambor de Mina e de outras práticas afromaranhenses importantes para a história do Maranhão. É um material fundamental para compreender a história dos negros escravizados, que influenciaram fortemente a construção do Maranhão. Para mantermos o Museu AfroDigital do Maranhão, desde 2021, ele se tornou um projeto de extensão. Essa foi uma forma que encontramos de fazer com que ele continuasse tendo apoio da universidade e, como projeto de extensão, atuamos em escolas a partir do trabalho com as leis nº 10.639 e nº 11.645¹⁶. Criamos, assim, uma aba educativa em que tentamos trabalhar com esse acervo em salas de aulas de ensino fundamental e médio. Temos, ainda, estágio de alunos de graduação que querem e precisam fazer um estágio na área e têm interesse em conhecer melhor o museu e o acervo. Também construímos

¹⁶ As leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são marcos jurídicos que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena na Educação Básica do Brasil.

galerias com temas sobre religião, cultura popular e festas religiosas que estão disponibilizadas no site. Uma questão importante é em relação à tecnologia. É necessário o diálogo, mas às vezes esse setor, dentro da UFMA, tem dificuldade de compreender a importância do acervo e do trabalho de manutenção dele. Acredito que seria importante os servidores passarem por uma formação para compreender a importância do acervo, porque às vezes não entendem o potencial e a importância do material com o qual estão lidando e isso dificulta o trabalho e a disponibilização do acervo no site do museu, que é hospedado no site da universidade. Porém, apesar dessas dificuldades, os Museus AfroDigitais são uma grande potência por reunir acervos, buscar e guardar as memórias afro-brasileira e africana. As dificuldades também fizeram com que tentássemos criar uma metodologia de trabalho que pudesse manter, de algum modo, os museus digitais funcionando. Cada um se esforça ao seu modo para encontrar metodologias e formas de atuação. E isso foi importante para que todos os museus digitais que compõem a rede se mantivessem, ao longo de todos esses anos, influenciando a criação de outras experiências de acervo digital de minorias negras e indígenas. O que demonstra o quão plural somos e como podemos trabalhar a partir de diferentes perspectivas, que talvez ainda não tenhamos explorado de fato, tanto na rede como em nossos próprios trabalhos cotidianos, em cada um dos museus digitais que compõem a rede.

Equatorial: Como funciona o armazenamento dos acervos? Qual plataforma vocês usam? Como é o acesso e a divulgação?

Charles Douglas (PE): Sou coordenador do Centro de Documentação e Pesquisa da TV Universitária (Cedoc) da UFPE e temos a missão de salvaguardar o acervo da TV, que é a primeira emissora educativa do Brasil. Eu sou mestre em Antropologia pela UFPE e Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Estou contando isso porque essa trajetória profissional despertou o interesse pelo Museu AfroDigital. Na década de 2010 em diante, tive a oportunidade de participar desse projeto. E concordo com os professores: trabalhamos muito para que o museu digital tivesse uma identidade, que não fosse apenas um site. Experimentamos várias metodologias, desde como nos comunicar com a sociedade por meio das exposições aos princípios da museologia que envolvem a pesquisa, a documentação e a comunicação, para criar práticas museológicas dentro do mundo virtual. Como se pensava um museu naquela época? A estrutura de armazenamento era ancorada na plataforma tecnológica de cada instituição.

Por exemplo, na Bahia, se eu não me engano, era a *Sakai*, uma plataforma de *software* educacional gratuita. Aqui na UFPE usávamos o *Drupal*, um sistema de gerenciamento de conteúdo, gratuito e de código aberto. No Rio, utilizavam o *Wordpress*, um sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet. Então, cada instituição tinha essa parte tecnológica diferente e a gente não conseguia comunicar os acervos entre essas plataformas, que são chamadas de “gerenciadores de conteúdo-CMS”. Cada frente tentou responder o que vem a ser um museu virtual. Não conseguimos fazer uma plataforma unificada, mas houve essa diversidade bem interessante. Em Pernambuco, enfrentamos diversos desafios significativos, incluindo invasões de *hackers* que comprometeram nossos metadados. Nós perdemos todos os metadados, foi um episódio marcado por intolerância digital. Fomos invadidos várias vezes. Os metadados aqui compõem a parte documental do acervo, a relação documento-objeto. O documento se perde porque fica aquele arquivo digital sem o metadado para descrevê-lo, sem que seja possível colocar uma ordem temporal nesse documento. Foi uma época muito complicada. Como o professor [Antonio Motta] colocou, é com um pé na comunicação e outro nas artes visuais. Eu trabalho com arte visuais também e a gente fica sempre trabalhando a exposição com uma camada de performance também. Então, tivemos uma exposição, a “*La Sape: o culto da elegância na África contemporânea*”, que foi fruto de uma pesquisa do professor Antonio Motta com os estudantes. Foi uma experiência híbrida, com uma parte presencial e outra no Museu AfroDigital, como uma “cyber-exposição”. Trabalhamos aquela lógica que hoje falamos de museu integral. Outra pesquisa foi o resgate do acervo afrobrasileiro da coleção Mário de Andrade, em 2016. Nós fomos para o Centro Cultural São Paulo, digitalizamos 400 peças de objetos que foram apreendidos aqui, na década de 1930, por intolerância religiosa. Os terreiros foram invadidos, os objetos foram levados para uma delegacia e foram misturados. Então, ninguém sabia mais de quem era cada objeto. A equipe de Mário de Andrade veio para cá para uma missão, encontrou esses objetos e conseguiu resgatar para levar para o Centro Cultural São Paulo. Nós digitalizamos e isso gerou um seminário no Museu da Abolição, em Recife. Esse seminário despertou a percepção visual da quantidade de objetos que foram apreendidos. Claro que os arquivos digitais não substituem os objetos em si, mas eles documentam esse momento e trazem isso para a sociedade. A palavra repatriação que o professor Livio coloca ficou bem ancorada nessa exposição. O professor Livio, a professora Myriam, a professora Diana Farjalla também são grandes pesquisadores da repatriação dos acervos. Aqui em Pernambuco desenvolvemos também várias ferramentas interativas para usar em exposições e em museus físicos, principalmente o Museu da Abolição, como mapas educativos e jogos

interativos que trabalham justamente essa lógica da generosidade digital porque é um objeto que está “assumindo os fios”, vamos dizer assim. O código-fonte está lá. O visitante podia conhecer a partir dali e ressignificar o conteúdo. O Museu AfroDigital ficou mais ancorado em se desenvolver em plataformas mais consolidadas, que são tipo *WordPress*, que têm uma segurança digital mais consolidada. Ou em ferramentas interativas em *javascript*¹⁷. Por exemplo, no AfroDigital de Pernambuco, tem um mapa interativo, que é ancorado dentro de um gerenciador de conteúdo. Naquela época, o gerenciador de conteúdo era um processo complicado de instalar. Hoje em dia você instala o gerenciador a partir do próprio serviço online.

Equatorial: Como funciona hoje em cada estação? Cada museu segue tendo a própria plataforma? Ou, por conta do trabalho em rede, conseguiram unificar e escolher um mesmo modelo ou uma metodologia a seguir?

Charles Douglas (PE): É assim o que aponta o futuro, não é? É o seguinte: essa pesquisa do Museu AfroDigital se transforma em base e em fonte para um aprendizado de máquina. A máquina vai buscar o que é museu virtual e, nessa mandala de informações, ele pega do AfroDigital também essas experiências, sejam as que foram assertivas ou as que falharam. Mas, quando você entrar no chat GPT ou em qualquer ferramenta de Inteligência Artificial (IA), você vai ter uma resposta a partir de uma busca no acervo da internet, na semântica da internet. E o AfroDigital está lá. Eu vejo o AfroDigital, no futuro, transformando-se em uma coleção de metadados. Então, vejo que o Museu AfroDigital tende a se transformar em uma coleção de metadados para sistematizar esses acervos. A estrutura física do museu logo não será mais necessária.

Ana Paula (RJ): Para complementar, porque vocês perguntam se as estruturas são as mesmas, eu acho que não são as mesmas. Porque as situações relacionadas à própria universidade são diferentes. Aqui no Rio de Janeiro estamos em uma universidade do estado, não em uma federal. Somos, por enquanto, a única universidade estadual da rede. Começamos o Museu AfroDigital com um domínio pago, baseado no *Wordpress*. E esse domínio também tinha um acesso ao servidor remoto no qual a gente depositava o material. A partir de 2019, quando o museu virou um programa de extensão — e virar um

¹⁷ *Javascript* é uma linguagem de programação que permite adicionar interatividade a sites e aplicativos.

programa de extensão apontava para dialogar mais especificamente com a estrutura da universidade — nós passamos a ter um domínio, um endereço da Uerj. Com um endereço da Uerj, uma parte significativa do nosso acervo, na realidade, está no servidor físico da universidade. Com um espaço negociado pela universidade. Perdemos um pouco de autonomia, da quantidade de espaço que passamos a ter. De 2020 a 2022, na reformulação do site, seguimos baseando nosso trabalho em *WordPress*. Então, o *WordPress*, como o Charles apontou, é um caminho, não o caminho. Esse diálogo se deu não apenas com o Ibram, no que se refere ao *WordPress*, mas foi um diálogo também da classificação desse acervo e isso foi uma saída para nós. Ou seja, temos construído isso ao longo do caminho. Não é algo automático. Acho que é importante também apontar que cada universidade e cada grupo vai enfrentar desafios muito específicos. Inclusive, a Marilande falou das metodologias de trabalho distintas, mas eu queria contar que também cada estação tem um acervo distinto e uma pesquisa distinta. Por exemplo, no Rio de Janeiro, acabamos entendendo que uma das saídas era ter um projeto de pesquisa aliado à extensão. Durante bastante tempo, desenvolvemos um projeto chamado “Quintais do Samba da Grande Madureira”¹⁸, que acabou gerando um livro com pesquisas coletivas (Santos, J. et al., 2016), editado pela saudosa professora Myrian Sepúlveda, já aqui citada por alguns de nós. Cada um acabou desenvolvendo pesquisas e, a partir daí, aconteceu um seminário em novembro de 2014, que também gerou um livro (Ribeiro, Cid, Vargues, 2019). Em um primeiro momento, conseguimos articular o escaneamento de acervos que estavam disponíveis a partir das interlocuções públicas com o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Arquivos de Beatriz Nascimento, por exemplo. As pranchas de Jean-Baptiste Debret passaram a ser escaneadas. Desde 2013, começamos a produzir um material de pesquisa e a criar também um acervo, criar material mais contemporâneo e próprio. Acho que é importante apontar que depende das gestões, de como cada gestão e cada universidade também enfrentará questões relacionadas às políticas de memória, políticas de acervo e políticas de arquivamento. Na estação Rio, nos anos da pandemia, de 2020 até 2022, ficamos em trabalho remoto, híbrido e, por último, presencial. Nesse período, fizemos uma exposição em um diálogo com a Coordenadoria de Exposições da Uerj (Coexpa), com os artistas locais, da cidade, nas galerias da universidade. Saímos do digital para contar a importância do digital, nesse lugar também de disputar as galerias institucionais. Então, cada um vai criar estratégias de manutenção, de sobrevivência e de articulação e visibilidade dos museus.

¹⁸ Mais informações em: <https://www.museuafroorio.uerj.br/index.php/colecoes/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Equatorial: A fala da Ana Paula trouxe algo que o Antonio Motta também pontuou, que é refletir sobre a relação dos Museus AfroDigitais com as universidades. Queríamos ouvir um pouco mais sobre a importância e os desafios tanto de gestão da memória como da dificuldade de financiamentos.

Maria Alice (RJ): O projeto surge no contexto da universidade pública brasileira. Não somos museólogos apresentando uma proposta de museu digital. Somos professores, minha matrícula é de professora. Então, tentamos uma proposta, na época ambiciosa, que era de disponibilizar esse acervo para o público de uma maneira mais acessível. Na época, acreditávamos que a internet era um lugar de igualdade, um lugar livre, que todos poderiam acessar o conhecimento. Movidos por essas possibilidades oferecidas pela internet e essa narrativa toda que o Livio já falou, dos arquivos que ele se surpreende de ver que estavam mais no exterior do que no próprio Brasil. Então, essa ideia de que é possível tornar esse material acessível é que foi um dos motores para a construção das várias propostas dos Museu AfroDigitais. É diferente da posição dos museus físicos que já são museus e eles acham que tem que adotar uma linguagem digital. É muito importante para a gente entender esses experimentos que estamos tentando narrar a posteriori. É como o Antonio Motta falou: olhamos para trás com uma visão crítica. Alguma coisa que você acreditava que era possível, hoje estamos mais amadurecidos. Sabemos quais são os entraves, quais são os limites da universidade, não só para a preservação da história da memória, como para o desenvolvimento de qualquer outro projeto, de qualquer outra temática. Então, nós não estamos a salvo porque estamos propondo um museu digital. Temos que encarar essa estrutura dura, tradicional das universidades, que não avançam na incorporação de inovações como nós gostaríamos. É tudo muito difícil e lento. Acho que essa questão de onde estamos falando é importante para entendermos a proposta. Quem está falando e de onde. Somos professores universitários.

Livio (BA): E somente agora tivemos problemas. Você falou algo interessante. Nós não somos museólogos. A gente lê e se informa a respeito, não somos ignorantes. O tema não é a nossa especialização, não é a nossa profissão. Por outro lado, nós também somos traidores da pátria das Ciências Sociais, porque também é no âmbito das Ciências Sociais que nos amparamos. Incorporamos inovação e transferência de tecnologia. Temos uma série de itens dos quais nós podemos nos beneficiar. Fomos pioneiros e pagamos o preço. Dediquei muito tempo a algo que só marginalmente acrescentou a minha posição, ao meu

status acadêmico. Então, tivemos uma dupla incompreensão. Agora, todo mundo diz que a gente foi pioneiro e, obviamente, podemos capitalizar no sentido bom do termo, pois já temos bastante experiência com isso. Somos mais sóbrios. Não tenho mais essa ilusão fantástica da internet como um campo de infinitas possibilidades porque também percebemos a explosão das *fake news*, a digitalização do campo das competições eleitorais. Já temos a internet mais como um adversário do que um aliado, muitas vezes. Mas operamos para que o instrumento que nós temos, para intercambiar documentos, entendendo que a internet é um campo de tensões. Não é um campo de inocência ou de liberdade. Há todo um debate de pesquisa dos algoritmos. A internet também é racialmente comprometida, não oferece oportunidade. Estamos trabalhando em cima de um espaço movediço. Além disso, existe esse fato, por parte do Governo Federal, que deveria garantir uma postura generosa com relação a *creative Commons* e a digitalização, ou seja, garantir certa infraestrutura. Você vê que até o Ibram, antes do Governo Bolsonaro, lançou a plataforma *Tainacam*¹⁹ e nos fez mudar para esse sistema. Fizeram uma série de seminários, depois secou a fonte e agora não parece que está retomando. O que quero dizer é que muitos museus não continuam a utilizar o *Tainacam*. E a própria rede de memória virtual da Biblioteca Nacional prometeu ser um campo interessante de interlocução, mas também ficou congelada. Uma entidade muito melhor financiada e muito mais estruturada do que nós, mostrou pouca sustentabilidade. O projeto memória do Arquivo Nacional começou bem, quando Dilma [Rousseff] era chefe da Casa Civil, com o projeto sobre a memória da tortura, mas se extinguiu. Impressionante como os projetos com os quais a gente poderia ter feito aliança de fato nos abandonaram no meio do caminho. Afinal, não desistimos ainda, não é? Mas não sei por quanto, por exemplo, no âmbito das culturas negras, tem-se criado ou tem-se garantido uma sustentabilidade. Aqui na Bahia há sites que surgem e desaparecem. Por exemplo, achei curioso não ter um lugar de memória associada à escravidão, o que não falta no Brasil é isso. Mas surgem vários sítios muito centrados em torno de uma figura, por exemplo, um ativista, mais que de uma instituição, o que não garante a continuidade. A descontinuidade de muitos acervos online é um grande empecilho na doação digital. Porque a doação digital funciona se você garante que você é “*res publica*”, que você é uma coisa pública e que fica lá para sempre. E isso também a gente tem mais ou menos conseguido garantir. Por exemplo, há pouco, recuperamos a interação com um grande acervo digital na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a coleção “*Cativos a Porta do Sertão*”, uma coleção de

¹⁹ Tainacam é um *software* livre para criação de repositórios de acervos digitais em *WordPress*. Mais informações em: <https://tainacan.org/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

documentos organizada há mais de dez anos pela professora Lucilene Reginaldo. Anos atrás, ela se mudou da UEFS para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e agora, finalmente, estamos ressuscitando a relação com esse arquivo local que tinha ficado escondido e vamos funcionar como trampolim para que seja descoberto nacionalmente. Não é para se elogiar, embora não tenha nada de errado em um pouco de elogio, mas é que realmente os grandes aliados que deveriam ter patrocinado não tem garantido a continuidade. O próprio projeto de indução do Museu do Samba, por parte da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Museu do Futebol, e do Museu AfroDigital, que foi seu primeiro apoio, não teve seguimento. A Finep deixou de apostar, nunca mais nos procurou.

Charles Douglas (PE): Quando tiramos o acervo de um servidor privado, um servidor pessoal, e colocamos dentro da universidade, nós também corremos um risco. Temos o acervo instalado pela Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) em uma ferramenta consolidada com *Wordpress*. Mas aquele acervo pode ser danificado por falta de sensibilidade da própria STI. Uma atualização indevida pode corromper a documentação que cerca aquele documento, que são o que? Os comentários, as descrições, a data de criação do acervo, ou seja, toda a documentação que circula a partir daquela imagem, daquele vídeo, que é parte tão importante quanto o objeto. Quando aquilo é desconectado por uma atualização, deixa evidente que pesquisas de museologia precisam de uma superintendência de patrimônio universitário. A instituição precisa ter um parque tecnológico para o patrimônio universitário, é arriscadíssimo. Eu faço muita coisa por aqueles sites “ufpe”, por exemplo, o que é maravilhoso. O pessoal lá é excelente, tudo em *Wordpress*. Mas, se tiver uma atualização, você pode desconectar toda aquela construção de metadados. Só para destacar que é importante que tenhamos realmente uma reflexão sobre o que vem a ser um patrimônio universitário. O Museu AfroDigital encabeça esse tipo de reflexão porque ele já tem uma produção de décadas. Atualmente, na UFPE, temos a rede de museus que já reflete sobre sistematizar esse tipo de acervo, mas é complicado colocar na parte tecnológica da universidade, sem ter uma política de sensibilização do que vem a ser o que está lá.

Livio (BA): Na Bahia, por exemplo, insistimos em utilizar o repositório da UFBA para o Museu AfroDigital, mas já não é o único repositório. A gente utiliza o repositório da Universidade de Bayreuth, na Alemanha, que nos garante um acesso mais rápido, e agora

estamos operando em um sítio privado, para ter mais facilmente acesso e não depender dos complicados técnicos da STI, que são boas pessoas, mas que estão lá mais como sensores que como técnicos facilitadores — com justo medo de vírus e *hackers*. Resolvemos comprar um domínio que insistimos em chamar “.org” e não “.com”, para, pelo menos, fazer entender que não temos fins lucrativos.

Equatorial: A próxima pergunta foi inspirada em uma das exposições do Museu AfroDigital da Bahia. Qual é o papel dos museus e, em especial, dos Museus AfroDigitais, na construção da memória coletiva de nossos ancestrais negros?

Ana Paula (RJ): Primeiro, com relação aos Museus AfroDigitais, acho que é a possibilidade de um mergulho nas narrativas que a gente tem criado a partir das nossas exposições e, principalmente, a partir das nossas pesquisas. As universidades brasileiras, nesse processo de ampliação e interiorização, assim como das ações afirmativas, acabam por receber mais e mais estudantes negras, negros e indígenas. Esses(as) estudantes gostariam de entender a memória e a história da população, a partir do que está sendo colocado nos cursos, nos programas de aula, nos projetos políticos pedagógicos. E os Museus AfroDigitais dentro da universidade não estão distantes desse lugar. É um trabalho que a Maria Alice, não apenas como Museu AfroDigital, mas como coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) aqui da Uerj, tem construído. É também essa articulação da memória e da história negra, voltada para o Ensino Básico pelas lentes das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Por outro lado, fico sempre olhando as iniciativas construídas sobre as memórias negras. Não apenas dos Museus AfroDigitais, mas também de projetos e museus negros que vão criar sites ou outras iniciativas digitais. E entendo que cada um vai estar ancorado nesses processos territoriais. Acho que cada museu vai dar conta não apenas de narrativas nacionais, como alguns dos grandes museus criados tentavam dar conta de narrativas nacionais, de uma identidade nacional. Mas é algo do meu fazer aqui no Rio de Janeiro, que eu sinto que, quando eu falo do Museu AfroDigital, estou falando de um museu universitário e, em alguma medida, de um museu de território. Já fui chamada algumas vezes para falar do Museu AfroDigital como um museu de território. E aí, qual território? É o território do digital ou o território do Rio de Janeiro, que é um território também negro, com uma história negra? Nesse aspecto, temos toda uma questão da construção de espaços negros nas cidades, como a ideia de “Pequena África”, por exemplo. Há toda uma disputa narrativa e também disputas muito concretas

em termos de política. Mas, de muitas maneiras, também tem um sentido de que, principalmente nos últimos anos, a construção de museus negros joga a gente para esse lugar de pensar um Museu AfroDigital especificamente como um museu negro. O que é que estou chamando atenção? Pensar nesses acervos, as narrativas expográficas, as tipografias desse trânsito entre o digital e o físico, das pesquisas que a gente passa a fazer e o que aprendemos sobre a relação entre raça e metaverso, raça e IA, raça e algoritmo, raça e arte digital. Então, acho que Imaginação Negra, raça e Afrofuturismo tem um campo que nos instiga o tempo inteiro a olhar não apenas para o que a gente tem transformado a partir do digital, mas também para como as discussões que estão para além do digital nos afetam e nos atravessam como populações negras. O que nos ajuda a pensar no lugar desses Museus AfroDigitais e das suas múltiplas inserções: seja na disputa do que seria um museu afro, negro, seja na disputa do que é um museu de território. Seja na disputa, inclusive, do que é um museu que nasce digital e não é uma iniciativa de um museu que vira uma página digital. São muitos atravessamentos nesse contexto, mas o atravessamento maior é a questão racial negra, ela é sempre constante. E a imaginação negra. Todas as potencialidades que a população negra cria das suas histórias, sobre suas narrativas. Até pensar no racismo e como os nossos trabalhos são trabalhos de repatriação e a gente volta para a primeira pergunta. Repatriação, restituição, reparação: como essas ações podem vir a ser ou como elas são vistas.

Antonio Motta (PE): Acho que Ana Paula tocou em um ponto essencial dessa discussão: “atravessamentos”, ou seja, o mais importante de tudo: a presença da “imaginação negra” e dos afrodescendentes no AfroDigital. Sem dúvida, para que os museus sobrevivam, necessitam não apenas se repensarem, como também redefinirem seus papéis no mundo contemporâneo. As mudanças conceituais nas narrativas museológicas e em suas práticas museográficas estão associadas ao chamado processo de descentramento de narrativas e de sujeitos, reforçado pelo lema de que descolonizar o mundo é, antes de tudo, descolonizar o pensamento e, por extensão semântica, descolonizar os museus. Desnecessário lembrar que no cerne dessa nova empreitada conceitual, ganharam notoriedade algumas tendências teóricas, entre as quais se destacam: o pós-colonialismo, os estudos subalternos e, mais recentemente, o chamado “giro decolonial”, que tem questionado de forma crítica uma determinada dimensão constitutiva da modernidade ocidental que traz como uma de suas consequências o silenciamento e a subalternização da produção de subjetividades dos povos dominados e oprimidos. Mesmo os museus presenciais já deixaram de ser pensados apenas como espaços acumulativos de

conservação e preservação de objetos destinados apenas à consagração de memórias. Ao invés de continuarem reféns unicamente de um passado de longa duração, fincados na constatação de eventos históricos consensuais e acomodados a essa zona de conforto, devem tornar mais flexíveis suas fronteiras temporais para que possam, cada vez mais, ampliar o diálogo com um mundo em permanente tensão, disputa e transformação para que possam repensar e questionar suas políticas de acervo e suas formas de representação. No caso do Museu AfroDigital, é importante que desconstrua suas narrativas e, em contrapartida, ofereça visões críticas sobre o passado, com a perspectiva de entender melhor o presente e, para isto, comece a privilegiar “lugares de fala” e de memórias que têm como protagonistas novos atores sociais da diversidade, comprometidos com o reconhecimento de marcadores sociais da diferença (gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência etc.) como valor ético e político fundamentais. Isso vale tanto para os museus ditos tradicionais (presenciais) como para os digitais, sobretudo. Nesse sentido, seria oportuno que o AfroDigital adotasse como princípio ético aquilo que Nancy Fraser (corroborado por Axel Honneth) chama metaforicamente de uma “gramática da diversidade”, voltada para a promoção de uma justiça cognitiva-representacional mais ampla, ancorada em demandas de reconhecimento, garantidas por políticas reparatórias e compensatórias. De acordo com o novo corolário decolonial, esses “outros” (povos indígenas, afrodescendentes e tantas outras minorias sociais) que integram metonimicamente as coleções, já não podem ser visualizados apenas como objetos passivos e exotizados (artefatos expositivos de herança colonial), mas como sujeitos e interlocutores ativos nos processos de negociação, mediação e decisão nos espaços expositivos. Além disso, é importante considerar objetos e coleções como mediadores de relações sociais nos espaços museais, com suas agências próprias, estando aptos a promoverem o diálogo crítico com diferentes grupos sociais. Por exemplo, povos indígenas, afrodescendentes e outras minorias sociais têm reivindicado com bastante frequência o direito a criação de seus próprios museus, os chamados “museus de si”, associados a um novo cenário político nas práticas de colecionismo. Tais iniciativas deram vozes a determinados grupos que, no passado, constituíram as figuras de alteridade culturais em macronarrativas nacionais, tendo seus patrimônios culturais expostos de maneira passiva nas vitrines dos museus históricos, de ciência e de antropologia, principalmente na condição de testemunhos passivos de uma nacional e/ou universal. É importante que essas minorias possam transformar práticas de colecionismo em lutas sociais e políticas pelo reconhecimento de direitos e memórias. E o Museu AfroDigital poderá contribuir para isso na medida em que possa demonstrar que os museus (seja

presencial ou virtuais) já não podem falar ou pensar em nome desses “outros”, nem tampouco representar esses “outros” sem consultar previamente o que “eles” pensam e como “eles” querem ver a si mesmo representados nas instituições museais. Talvez fosse mais profícuo que o AfroDigital começasse a criar mecanismos de capacitação para que esses “outros” pudessem se auto representarem de acordo com suas expectativas do presente e, sobretudo, de futuro. Todavia, para que isso ocorra, faz-se necessário estabelecer e negociar relações mais simétricas e equitativas no trato do diálogo, incluindo, cada vez mais vozes plurais e pluriétnicas a partir de situações de disputas e negociações de memórias, como também pela redefinição das imagens a serem musealizadas. É importante questionarmos criticamente sobre o sentido, significado e origem dos acervos a serem digitalizados, como também os limites de nossas responsabilidades éticas das escolhas. Da mesma forma que ocorre com a política de acervos nos museus “presenciais”. O mesmo deve ocorrer nos digitais: Como e por que determinados objetos chegaram a ser incorporados aos acervos? Quais os meios e as condições que permitiram a aquisição de um determinado tipo de objeto? Quais os critérios ou sistemas seletivos e classificatórios atribuídos a determinados objetos para que façam parte de um determinado tipo de coleção? Qual a importância da biografia social desses objetos, principalmente para os grupos que neles se veem cognitivamente representados? Quais os dilemas éticos e morais referentes à permanência de determinados tipos de objetos no museu? Eu me pergunto: em que o AfroDigital poderá contribuir no contexto atual? Talvez possa contribuir com o alargamento semântico da noção de museu e gerar contrapontos críticos que possibilitem, de forma ética e responsável, debates públicos sobre a importância da educação patrimonial, da pesquisa e partilha de conhecimentos, do direito à cultura, da cidadania cultural e, sobretudo, da inclusão social.

Marilande (MA): O Antonio Motta colocou uma questão importante. Creio que os Museus AfroDigitais reproduzem, de alguma forma, os conflitos que estão colocados aí, tanto na universidade, que é pioneira nas questões das cotas, e que precisa de fato assumir mais essa questão dos acervos digitais com mais afinco, como na sociedade brasileira mais ampla. Como vamos trabalhar esses acervos? Como vamos fazer para que as pessoas negras possam se reconhecer nesses acervos, e compreender qual a função deles nessa perspectiva mesmo de um resgate de memória negra? Como fazer isso a partir dos museus digitais? Acredito que existe uma especificidade quando se trata dos museus nas universidades, e desse formato digital especificamente. Existe algo aí que é singular, tanto que, quando vemos a história da rede, ela nasce exatamente dentro das universidades. É

um projeto das universidades públicas. As questões que tratamos, por exemplo, no campo da antropologia sobre acervo, memória e protagonismo estão colocadas para os museus digitais. Faz-se necessário buscar, cada vez mais, o protagonismo negro nesses museus digitais. Como vamos trabalhar esse acervo de uma forma com que as pessoas negras se reconheçam nele? Como trabalhar a partir de teorias e perspectivas decoloniais? Em suma, como a rede de Museus AfroDigitais podem contribuir no fortalecimento e resgate da memória e preservação das culturas afrobrasileiras e africana nas universidades e na sociedade mais ampla?

Livio (BA): Deixa só acrescentar algo que é bastante simples. Há uma grande criatividade entre os alunos da UFBA, em sua maioria negros, com a criação de coleções no *Instagram*, postagens no *Instagram* e minidocumentários no *YouTube*. Eu acho importante pensar o que nós vamos fazer para nos colocarmos a disposição como repositório de toda essa criatividade, e funcionar como o lugar que garante que as coisas sejam distribuídas, mantidas e conservadas na forma de transformar essa grande credibilidade no museu digital.

Maria Alice (RJ): O único limite dessa proposta é a gente pressupor que os alunos, a comunidade afro-brasileira, é um todo homogêneo. Porque a gente tem tido muita dificuldade com conflitos ideológicos entre os afro-brasileiros. E o que fazer? A gente vai censurar? Vai abrir com uma plataforma livre? Não sei se a gente tem pessoal por isso.

Equatorial: Queremos voltar em um pouco para entender melhor como as exposições dos Museus AfroDigitais são pensadas? E a questão da curadoria compartilhada e colaborativa, como vocês trabalham isso dentro de cada estação? E como fazem esse material chegar, por exemplo, a populações indígenas? Como democratizar o acesso aos acervos?

Livio (BA): No caso da Bahia, a grande maioria do acesso acontece pelo *Facebook* ou *Instagram*. São as duas ferramentas mais acessíveis. Nós temos a proposta — que já começamos e queremos fazer muito mais — de apresentar a plataforma ao resto da universidade, que é grande e tem 60 mil alunos. Propor para algumas repartições, alguns institutos, faculdades, que eles nos identifiquem como potencial repositório digital. É

óbvio que a UFBA tem seu repositório digital, com toda uma série de dissertações e teses, por exemplo, além de pesquisas que produzem iconografia e outros materiais. A segunda etapa seria na forma de ajudar a divulgar, a transformar parte do material das coleções, uma pequena parcela, em exposições digitais. Isso já é mais complicado. Nós estamos com um pouco de medo dessa abertura porque nos demos conta que quando nós começamos a abrir, é uma avalanche de itens, documentos e artefatos digitais que chegam. Por exemplo, a coleção “*Cativos a Porta do Sertão*” já está bastante organizada. São cinco mil itens com documentos únicos. Se tivesse que fazer curadoria de tudo isso, seria impossível. Ou a gente faz uma curadoria simples ou deixa a curadoria com os autores que nos doam digitalmente os documentos. Nós não temos condição de fazer a curadoria sozinhos. A não ser que a gente faça uma macro curadoria. A gente diz do que se trata, dá uma descrição de uma ou duas páginas, e aquilo entra no repositório. Não temos capital humano para mais do que isso.

Ana Paula (RJ): Aqui no Rio trabalhamos um pouco diferente. Primeiro, porque tivemos algumas fases de coordenação, acho importante dizer isso. O primeiro momento foi a coordenação da Myrian Sepúlveda dos Santos, depois da Myrian, com a Maria Alice Rezende Gonçalves. Em 2016, nós nos tornamos um colegiado²⁰ com o Mauricio Barros de Castro, Guilherme Vargues, Gabriel da Silva Vidal Cid, eu, Maria Alice e Myrian. A partir de 2019, eu passei a coordenar o museu, mas a gente mantém um colegiado. Eu estou falando desse conselho redator e curatorial, que inclui colegas como Washington Dener, Barbara Copque, Marcelo Campos e porque uma parte de nós trabalha com curadoria. Não apenas digital, mas fazemos curadoria tanto em artes visuais como no cinema. Estou falando isso também porque nas exposições do Rio, desde 2016, nós temos trabalhado com curadoria. Então, a pessoa que propõe a pesquisa e a articulação acaba funcionando como curador da exposição, que era pensada primeiro como curadoria

²⁰ De 2016 até 2019, o Museu Afrodigital Rio de Janeiro funcionou como coordenação colegiada com professores e pesquisadores da própria Uerj. Este colegiado era formado por: Ana Paula Alves Ribeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Gabriel Silva Vidal Cid - pesquisador associado ao grupo de pesquisa Arte, Cultura e Poder (CNPq/UERJ) e ao Projeto de Extensão, Guilherme Ferreira Vargues - Faculdade de Educação (EDU), Maria Alice Rezende Gonçalves - Faculdade de Educação (EDU), Maurício Barros de Castro - Instituto de Artes (IART) e Myrian Sepúlveda dos Santos - Instituto de Ciências Sociais (ICS). Ao virar Programa de Extensão em outubro de 2019, a coordenação colegiada passa a ser um conselho curador e de redação e a contar também com os seguintes docentes: Barbara Copque - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Marcelo Campos - Instituto de Artes (IART) e Washington Dener - Faculdade de Educação (EDU), com coordenação de Ana Paula Alves Ribeiro.

digital. Nos últimos dois, três anos, operamos com exposições digital e física. Duas das presenciais vão virar memória digital agora. E vamos pensar estratégias de divulgação. No caso do Rio de Janeiro, as estratégias de divulgação são o nosso maior gargalo. Porque dependem, por exemplo, de colegas que trabalhem com design. E que sejam bons designers e que reproduzam, de alguma maneira, uma narrativa dentro do *Instagram* e que possibilitem criar cards ou material de divulgação atrativos. Isso tem um certo gargalo para nós aqui no Rio. Porque os bolsistas circulam muito nos projetos, nem todos têm a mesma expertise. A rede social talvez seja a ponta mais enfraquecida do processo de divulgação. No final das contas, a nossa divulgação é muito do nosso trabalho em apresentar o que é a plataforma, o que é um museu e o que é a rede. Nós temos uma apresentação padrão sobre a rede, que fala um pouco sobre a nossa estrutura e sempre terminamos convidando as pessoas a acessarem a plataforma. Eu acho interessante porque uma parte significativa das pessoas que nos procuram não nos encontra, necessariamente, pela rede social. Encontram a gente ao nos ouvir falando do museu ou de terem participado de algum evento no qual o museu aparece. A minha rotina eu divido muito com a Maria Alice e falamos do museu praticamente o ano inteiro. Falamos para os mais variados públicos, desde trabalhadores do Serviço Social do Comércio (Sesc) até crianças do Ensino Fundamental, ou para professoras de Ensino Básico, estudantes de arte. Uma das últimas falas conjuntas que fizemos foi ligada ao Museu de Arte Sacra do Mato Grosso. Então, tem aqui um lugar das pessoas buscarem experiências tradicionais museológicas ou não, e que fazem com que, de alguma maneira, um museu seja acionado como um projeto a ser apresentado. Mas, para nós, especificamente, a curadoria vem antes e ela é um lugar à parte, muito atrelada aos projetos de pesquisa.

Maria Alice (RJ): Seria interessante acrescentar que a curadoria dos docentes é reconhecida como produção acadêmica na universidade. Eu acho que isso faz uma diferença porque a Uerj tem uma bolsa de pesquisador que pontua a produção. A extensão na pontuação da produção docente ainda é um campo de extremo preconceito. E as curadorias são reconhecidas pela universidade, pela pró-reitoria de pesquisa, como uma atividade acadêmica. Então, eu acho que isso também é um fator que atrai os docentes. Não é algo para a comunidade, mas para incentivar a participação dos docentes e acho que isso é um dado importante. A nossa curadoria é altamente pontuável. Ela só não é pontuada como um artigo Qualis A, mas tem uma boa pontuação em termos das nossas bolsas, das nossas pesquisas.

Equatorial: A nossa última pergunta é sobre o futuro. Quais histórias que ainda se pode contar a partir desses acervos? Vocês também podem encerrar com algo mais que queiram para complementar sobre tudo que já foi dito. Fiquem à vontade.

Antonio Motta (PE): Vocês nos colocam uma questão provocativa. Rever o passado é também um bom caminho de enxergar o presente. O momento em que o Museu AfroDigital foi concebido era um outro completamente diferente e, passados 15 anos, o “agora” nos impõe grandes desafios. Pensar sobre o futuro ou futuros possíveis dos museus não é apenas uma questão que vale apenas para AfroDigital, mas para todos os museus: presenciais ou virtuais. Eu diria que o museu do futuro ou museu por vir deverá prescindir do paradigma eurocêntrico em torno do qual se convencionou definir e rotular de forma normativa uma determinada instituição sob o nome de museu. Nesse sentido, penso que o AfroDigital não superou esse desafio. Estamos ainda presos a um modelo normativo e, de certo modo, eurocêntrico. Precisamos desconstruir nossas próprias narrativas, tencionando o presente, o aqui e o agora, ampliando imaginários possíveis: de grupos indígenas, quilombolas, afrodescendentes, de movimentos sociais, dos “sem terra”, das populações de rua, dos *queer* etc. No entanto, para que isso ocorra, se faz necessário expandir a definição semântica do que se entende por museu e, assim, estimular grupos e comunidades a se apropriarem desses espaços, imaginarem e criarem, cada um a seu modo, com suas referências de museus, rompendo com regras, definições preestabelecidas, limitações espaciais e temporais impostas por modelos eurocêtricos. É também possível que, em decorrência da crescente desmaterialização do mundo, os museus (refiro-me aqui aos presenciais) tendam a priorizar o intangível e seus recursos simbólicos como meio de traduzirem anseios de grupos e comunidades que reivindicam reconhecimento e garantia de direitos culturalmente diferenciados, ampliando, assim, o sentido que até então foi conferido a essas instituições. Retomando a sua questão inicial, o maior desafio do AfroDigital (como para o resto de todos os museus) é que seja entendido como ferramenta experimental, sempre um *work in progress*, inclusivo, plural, com agendas críticas, participativas e democráticas. Para que se cumpra tal propósito, torna-se premente que se estimule a criação de fóruns permanentes de discussão, incluindo, em suas atividades expositivas, educativas e de pesquisas as múltiplas vozes de sujeitos historicamente subalternizados e excluídos.

Maria Alice (RJ): Eu considerei, a partir do nosso encontro, que essa ideia foi recorrente, de que os nossos experimentos sobre o Museu AfroDigital não estão fechados, que é um processo em permanente mutação. Ainda não superamos o grande desafio que é de se adequar às novas tecnologias, com a IA e outras coisas, como a questão da manutenção da memória. Eu acho que o Antonio Motta tocou em uma questão extremamente importante sobre como as políticas da diversidade atualizam a todo tempo novos sujeitos e que temos que dar conta disso nas propostas e nos registros de memória. Há a necessidade de repensar a questão dos acervos, a questão da nossa proposta de ter uma instituição virtual que mantenha viva a memória desses grupos. Desde o início, os museus mudaram muito, os nossos experimentos mudaram. Mas eu acredito que esse desafio de se adequar às novas tecnologias e às demandas desses novos grupos que aparecem constantemente ainda é o nosso grande desafio. Além da sobrevivência dentro da estrutura da universidade, que isso é um problema à parte, que merece um outro encontro além.

Charles Douglas (PE): Eu vejo que o futuro é uma questão de patrimônio universitário. O acervo do AfroDigital é um patrimônio universitário e, para dar estabilidade às mudanças tecnológicas, o AfroDigital precisa que o patrimônio universitário se resolva de antemão. Precisa ter uma estrutura para abarcar todo esse acervo do museu e desenvolver essas questões de curadoria pessoal e algorítmica. Toda essa tecnologia, ela precisa ter uma base sólida. A gente fica migrando nosso conteúdo para ir se salvaguardando nessas mudanças tecnológicas. O que eu deixo para pensarmos é a questão de patrimônio universitário. Ter uma política de transferência dos servidores para os departamentos em que eles possam contribuir para elevar e alavancar a pesquisa. Eu vejo que a universidade, quanto a gestão, é um tanto engessada. Os servidores são muito lotados naquele espaço, não são migrados. Isso atrapalha muito, porque fica sem mão de obra, não dá apenas para contar com os bolsistas. Tem os aspectos funcionais, já que muitos bolsistas querem participar do projeto para aprender a fazer um museu, para fazer seu próprio museu, para desenvolver um sistema de acervo. Eu vejo muito isso no Cedoc, que eles querem utilizar *Betacam*, *u-matic*, *mini-DV*, entender o que é uma coisa saindo de *sinc*, o que é uma *codec*. Então, não seria apenas o aspecto de memória. O que motiva também são os aspectos funcionais. E, para isso, precisamos de servidores. Não dá para colocar tudo na mão do docente, que já tem um leque de funções enormes para ainda ficar tutelando esse tipo de profissão. A universidade precisa parar para observar esse tipo de projeto, que é incrível, com mais de dez anos. Eu vejo que aqui [na UFPE] está começando a se trabalhar essa questão do patrimônio universitário. Eu não sei qual o fôlego que vai ter.

Ana Paula (RJ): Além do que os meus colegas apontaram muito bem, fico pensando que o futuro, não apenas dos Museus AfroDigitais, mas também dos museus presenciais, talvez seja também olhar para as narrativas do ordinário. Da importância do ordinário na vida das pessoas, na importância do que é comum, assim como na importância do que é coletivo, na importância também do que é comunal. Porque olhamos para o lugar das coisas que, de alguma forma, reluzem. E sempre fico pensando no lugar daquilo que é íntimo, daquilo que é subjetivo e que não se mostra. E como o Museu AfroDigital ainda tem fôlego para acolher muitos desses projetos que não seriam acolhidos em lugar nenhum, por exemplo. Então, como a gente pode olhar para esse ordinário, para esse comum e seguir dialogando com quem nos procura. Seguir pensando memória, patrimônio, raça e questões digitais, mas sempre articulando com espaços onde algumas pessoas nunca conseguiram entrar, mas que a universidade ainda acolhe e que pode ser um lugar seguro para elas.

Marilande (MA): É interessante pensar os museus digitais como um patrimônio universitário. Quais são as consequências disso? O acervo digital provoca a sociedade civil a buscar e resgatar a memória inviabilizada de afrodescendentes e indígenas. Acredito que o Museu AfroDigital tem um potencial enorme, ainda não explorado em sua totalidade. Não sabemos quais serão as consequências desse trabalho com esses acervos para a universidade, mas considero positivo e necessário. O momento que vivemos exige que problematizemos as relações étnico-raciais de forma contínua. Os museus digitais contribuem para provocar esse debate tanto na universidade, como no diálogo mais amplo com a sociedade civil organizada, como movimentos sociais e coletivos negros.

Livio (BA): Se a conferência anual dos museólogos norte-americanos se chama “O futuro dos museus”, nós temos que agendar rapidinho um seminário nosso sobre o futuro dos Museus AfroDigitais. Porque as questões da tecnologia, da curadoria e do quadro político que mudou já foram muito salientados por Antonio Motta e por todos nós. Deixamos de ser novidade, em algum sentido, mas ficamos importantes por ter segurado a barra. Não somos mais tanto novidade em termos de tecnologia, mas somos a novidade porque ainda estamos aqui, como o filme²¹, não é? Acho que talvez a gente possa entrar juntos em algum

²¹ O filme *Ainda Estou Aqui* (2024), dirigido por Walter Salles, é inspirado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva sobre a história de sua mãe, Eunice Paiva. Ela foi uma advogada que se tornou ativista política após a prisão e assassinato de seu marido, Rubens Paiva, durante a ditadura civil-militar no Brasil.

editais para fortalecimento de rede. Afinal, somos uma rede de pesquisa, entre outras coisas, e temos esse produto que são as estações de Museus AfroDigitais. Interessante seria procurarmos um pouco de recursos para poder voltar a realizar aqueles seminários e *workshops* presenciais uma vez por ano. Agradeço a entrevista porque nos deu a possibilidade de nos reunirmos de novo. Foi um estímulo e fiquei muito satisfeito com a participação de todo mundo.

Equatorial: Nós que agradecemos. Foi uma ótima conversa. Muito obrigada!

Referências

RIBEIRO, Ana Paula Alves. *Apresentação Museu AfroDigital Rio de Janeiro*. Apresentação utilizada em palestras e conferências, atualizada em novembro de 2024.

RIBEIRO, Ana Paula Alves; CID, Gabriel da Silva Vidal; VARGUES, Guilherme Ferreira. *Memórias, Territórios, Identidades: diálogos entre gerações na região da Grande Madureira*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANSONE, Livio. *Estação etnográfica Bahia: a construção transnacional dos Estudos Afro-brasileiros (1935–1967)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SANSONE, Livio. *Tres causus em torno do arquivo do CEAO: sumiços e aparições num acervo internacional* [no prelo]. Revista Afro-Asia (<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia>).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CASTRO, Mauricio Barros de; GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves; CID, Gabriel da Silva Vidal. *Nos quintais do samba da Grande Madureira: memória, história e imagens de ontem e hoje*. São Paulo: Editora Olhares, 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo. Annablume Editora, 2003.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Ana Paula Alves Ribeiro pelo suporte na organização desta entrevista, conectando todos os representantes da rede de Museus AfroDigitais. E a Ana Paolla Ottoni, membro da equipe Equatorial, pelo suporte na transcrição.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 3 de dezembro de 2024.

Aceito em 24 de dezembro de 2024.